

como fala para todo mundo, poderia trazer exatamente no dia de hoje, em outra audiência pública, os dados que nós pedimos, mas se é tão burocrático assim fica fácil eu responder. Mas espero que o senhor saia daqui hoje falando exatamente a quantidade de água que vocês compram do Sistema Laranjal e a quantidade das oito ETES.

O SR. HALPHY RODRIGUES - Repito o que foi falado na última reunião, em torno de 1.800 litros/segundo.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - E quanto as oito ETES tratam, por favor?

O SR. HALPHY RODRIGUES - As 8 ETES tratam 100% do esgoto que é coletado, e estamos no percentual de 94% do esgoto coletado tratado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Quanto é coletado?

O SR. HALPHY RODRIGUES - Esse número eu posso passar para o senhor conforme ...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Esperando desde a última audiência pública.

O SR. HALPHY RODRIGUES - Não. O senhor falou que ia oficiar. Mas, enfim, assim que nós recebermos o ofício nós vamos prontamente apresentar para o senhor a informação.

Com relação à pergunta que o senhor fez, respondendo agora e repetindo, nós tratamos 100% do esgoto que é coletado. Não existe Águas de Niterói coletar o esgoto e jogar em natura. Isso pode ser confirmado através dos Relatórios de Acompanhamento de Efluentes, RAES, que são apresentados no Inea mensalmente. Águas de Niterói até o dia 20 do mês subsequente tem que apresentar todos os resultados de coleta para testar a eficiência e capacidade do tratamento do esgoto. E isso é público para o Inea, é só solicitar ao Inea.

100% do esgoto que é coletado é tratado, e hoje nós temos contemplado áreas urbanas, porque nós somos prestadores de serviço de áreas em áreas urbanas, redes coletoras, e pretendemos agora aumentar mais esse índice, a caminho da universalização, com a extensão de redes da ETE do Sapê, que já foi inaugurada, e Badu. Com relação ao resultado, o senhor vai poder tomar banho tranquilamente nas praias, enfim, nós temos em torno de 60% das semanas balneáveis, das praias da Baía de Guanabara ...

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - O senhor me desculpe, mais uma vez, eu estou aqui na minha mão, vocês conseguiram enxergar, da metade para baixo são as praias de Niterói, dita pelo Inea, nos últimos seis meses, de janeiro a julho, são as praias de Niterói. A única que tem um pouquinho vermelho é a Praia de Itaipu. Toda essa parte de baixo, da metade para baixo, são as praias de Niterói que têm mar aberto, Região Oceânica. Parte de cima, como o nobre amigo da Águas de Niterói está falando que é balneável, as partes vermelhas são as áreas, são os dias de medições vistas pelo Inea, que não são balneáveis. Tem praia de Niterói que a maior parte do tempo não está sendo balneável, principalmente a parte esquerda de Icaraí, que é onde a gente fez a vistoria, e em Jurujuba, Rony Axel(?) tanto fala também que não tem um dia de balneabilidade, e o senhor está falando que 60% das vezes são balneáveis. Isso aqui eu acho que não são 60%, porque tem muito mais vermelho do que verde. Se vocês conseguem enxergar, a parte de cima são as praias da Baía aqui de Niterói e as de baixo são as praias da Região Oceânica que têm mar aberto e facilita o fluxo da corrente marinha.

Desculpe, dita pelo Inea, como o senhor gosta de falar.

O SR. HALPHY RODRIGUES - Isso. Exatamente. Pode até acessar, porque esses dados estão previstos e publicados mensalmente. Não só essa balneabilidade que existe e é publicada, e isso pode ser facilmente acessado no Inea, como também temos aí percepção por pessoas que são técnicas e que aprovam e testemunham essa balneabilidade das praias. Inclusive, periodicamente temos vídeos que são espalhados e disseminados de pessoas que têm conhecimento e expertise, com tartarugas, com cavalos marinhos, que aparecem e estão sempre presentes na Praia de Boa Viagem, Praia de Icaraí, e isso é notório. Você sempre vê a publicação, mídia inclusive faz essa cobertura com relação à balneabilidade das praias. Então, essa coleta e esse tratamento são atestados em virtude desse resultado, do que é feito semanalmente - duas coletas por semana nas praias - exatamente para ser publicado pelo site do Inea.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Exatamente. Lembrando a todos que isso aqui veio do site do Inea. Gostaria de convidar todos da sociedade de Niterói, cidadão de Niterói que está nos vendo, a entrar no site do Inea, como bem disse o Dr. Halphy, e olhar desde 2009 a 2019 os índices DE que tanto ele fala, para ver se concordam ou não com a fala do nosso nobre amigo, funcionário da Águas de Niterói. Muito fácil a gente falar e ser confrontado com dados do Instituto Estadual que dizem o contrário, você me desculpe falar o que o senhor vem falando, porque da metade para cima são as praias da Baía de Guanabara da nossa cidade. Mais de 70% não estão balneáveis ao longo dos últimos seis meses. Se vocês forem olhar de 2009 a 2019 o padrão é o mesmo.

E eu vou fazer questão de eu próprio levar o ofício que o senhor tanta fala, porque a curiosidade está me matando. Gostaria de saber, de fato, uma empresa tão grande deveria saber, acho que todos aqui concordam, quanto as oito ETES da Águas de Niterói captam de esgoto e quanto de fato é proporcionalmente em relação ao que vocês compram de água. Não era um número difícil de ser falado, ainda mais eu já tendo pedido na audiência pública anterior. Acho que já era para estar na ponta da língua, porque vocês já sabem quanto vocês compram por segundo do Sistema Laranjal. E eu tenho certeza que sabem também quanto que as oito ETES juntas tratam por segundo de esgoto. Mas vamos oficiar de fato. E eu entrego em mãos ao senhor esse ofício, e gostaria de ter a resposta na mesma hora.

O SR. HALPHY RODRIGUES - Ok.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Agora vou dar a palavra a Dona Eloísa da SEAS. Se a senhora puder acelerar um pouquinho, Dona Eloísa, porque o tempo está bem avançado.

A SRA. ELOISA ELENA TORRES - Boa noite, deputados, vereadores, colegas. Aqui na plateia conheço muitos colegas; nós que trabalhamos com saneamento nos conhecemos desde muito tempo, não é isso Priscila, Sérgio Ricardo, Oscar, enfim, vários colegas aqui presentes.

Bom, corroborando com o que o meu colega Walter Plácido falou, realmente a situação da Baía de Guanabara, quando você vê toda a área drenante, a Baía de Guanabara é realmente dramática, mas ela é dramática há muitos anos. Na década de 80 nós tínhamos apenas 3 ETES na nossa região, na década de 80, isto é, logo ali atrás. Nós tínhamos a ETE Penha, a ETE Icaraí e a ETE Ilha, que eram assim com uma capacidade de tratamento muito menor do que tem hoje. Depois com investimentos do PDBG a situação melhorou um pouco. Foram feitos equipamentos, que nós todos conhecemos, ETE Alegria, Sarapuí, ETE Pavuna, foi ampliada a capacidade da ETE Penha, foi ampliada a capacidade da ETE Ilha, mas a situação, apesar de ter esses equipamentos de tratamento, nós não evoluímos muito em coleta e tratamento de esgoto.

A situação aqui de Niterói melhorou bastante, muito, melhorou muito. Eu quando era garota ainda, nos tempos de faculdade, todos os colegas que moravam em Niterói escutavam aquela piada de que em Niterói se você puxasse a descarga todo mundo ao mesmo tempo Niterói iria afundar. Os mais velhos aqui, os cabeças brancas, podem se lembrar dessa piada. Hoje não existe mais essa piada, no entanto, ainda resta muito a fazer. Como afirmou aqui o colega Walter Plácido, os corpos hídricos de Niterói, as lagoas, os sistemas lagunares de Niterói ainda apresentam um grau de poluição de suas águas muito altos. Mas assim, isso tudo é uma situação que todos nós conhecemos, eu não vou me demorar aqui com esse diagnóstico. O que eu gostaria de frisar, deputado, é que com essa oportunidade de fazer um plano municipal de saneamento, Niterói tem uma grande oportunidade, porque a política nacional diz que o município tem que ter plano, tem que ter um sistema de informação municipal de saneamento, tem que prestar o serviço, tem que fiscalizar, tem que regular, tem que ter um Fundo municipal de saneamento. Então, com a elaboração do plano, essas três funções - prestar o serviço, fiscalizar e regular - o município pode delegar a terceiros. Agora, ter o controle social e o Fundo de saneamento, porque o sistema de informação de

saneamento são prerrogativas do município que são indelegáveis. E o município aprovando seu plano mediante a lei, ele tem um instrumento para mudar o contrato que ele tem com essas concessionárias, aqui com a Águas de Niterói, com a empresa que presta a coleta e disposição de lixo, e tem a oportunidade também de criar um Fundo municipal de saneamento que possa arrecadar recursos para investir no próprio saneamento. Isso é uma oportunidade que alguns municípios desprezam. Eu posso dizer aqui para vocês, que aqui na região da Baía de Guanabara todos já têm plano municipal de saneamento básico aprovado, mas ainda não deram o passo seguinte que é estruturar o setor de saneamento no seu município, porque esse é um serviço que, geralmente, tirando Guapimirim e Cachoeiras de Macacu, todos delegam ou à concessionária pública, que é a Cedae, ou à privada que é Águas de Niterói, Fontes da Serra, enfim. Então, é preciso agora aproveitar essa oportunidade para estruturar o setor de saneamento dentro do município e ganhar corpo com esse tema que é um tema, assim, desprezado politicamente, mas que tem um impacto muito dramático na vida das pessoas, como já foi falado aqui, na saúde pública e na qualidade de vida de todos.

Eu gostaria apenas de contribuir com vocês para não deixar perder essa oportunidade de fazer desse plano um debate, internalizar isso realmente na estrutura da administração pública do município. E, no mais, fazer também um pedido a todos que estão aqui presentes. Nós temos a mania de falar que se investiu muito em saneamento, que já se gastou mais de um bilhão de dólares com PDBG, que agora o programa Psam é mais um bilhão de reais. Isso é muito pouco, senhores. Isso não é nada para o que a gente precisa. Eu digo sabendo o que estou falando. Eu fiz agora, recentemente, um estudo comparativo sobre o que o estado e o município gastaram com Jogos Olímpicos e o que se gastou com saneamento básico na última década. Olha, o município do Rio de Janeiro e o estado gastaram 34,9 bilhões de reais com os Jogos Olímpicos, com BRT, com Metrô, com VLT, com o Parque Olímpico, enfim, foi um investimento muito alto com esportes, vamos dizer assim, e infraestrutura de mobilidade. Agora, e com saneamento quanto se gastou? Menos do que um bilhão, para uma coisa que é essencial e é tão importante para a qualidade de vida da população.

Então, o meu pedido a vocês é que vocês deixem de lado essa questão de dizer que se gastou muito com saneamento. Se gasta muito pouco, não só no nosso estado, não só nesta cidade, mas no país inteiro se gasta muito pouco com saneamento. Então, a gente tem que cobrar dos nossos gestores públicos cada vez mais investimento. E, principalmente, a mensagem que deixo para vocês é de aproveitar essa oportunidade para internalizar na estrutura da administração do município a questão do saneamento básico.

Obrigada pelo convite, secretário.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Obrigado, Dona Eloísa. Eu concordo com a senhora em parte. Eu concordo que na Olimpíada se gastou muito dinheiro lá toa, que poderia ser investido em outra forma. Mas um bilhão não é pouco dinheiro, a senhora me desculpe, não dá para deixar de lado.

Eu acho que o papel nosso na Comissão de Saneamento também é fiscalizar o Psam, porque com um bilhão dá para fazer muita coisa. Não é a totalidade que a gente precisa no Estado do Rio, que a gente sabe que precisa de algumas centenas até de bilhões para a gente deixar essa parte de saneamento básico no estado 100%, o que quase chega a beirar uma utopia. Mas, um bilhão é muito dinheiro. Eu acho que a gente tem que saber para onde isso foi, por que foi empregado dessa forma. Como também o legado olímpico tem que ser destrinchado e fiscalizado para onde foi tanto dinheiro, porque a gente vê que não teve um retorno adequado para um estado que era para estar de outra forma, trazendo mais turistas, e a gente vê isso tudo na contramão. A gente pegou isso nessa legislação por causa de erros do passado, por causa de políticos com posicionamentos e intenções diferentes das que a gente está tentando implementar.

Agora, eu vou abrir para as perguntas, e peço que sejam breves e bem curtas, porque a hora já está bem avançada.

Primeiro orador, chamar o Dr. Daniel Marques.

O SR. DANIEL MARQUES FREDERICO - Uma boa noite a todas e a todos!

Eu queria, rapidamente, cumprimentar o Deputado Gustavo Schmidt, Vereador Bruno Lessa, Representante da Conide, o Halphy, Eloísa. Tive o privilégio de trabalhar próximo a todos vocês aqui. Fazer um agradecimento ao Deputado Gustavo, Presidente da comissão, pelo convite, que muito me honrou de assumir a coordenação da Comissão de Saneamento Ambiental na Alerj; uma experiência nova, e, que em dez dias de trabalho, a gente tem desenvolvido bastante coisa. Deixar um agradecimento aqui na pessoa da Verônica, da comissão, aos amigos de comissão, Davi, Ricardo; todos que têm ajudado bastante, e os amigos do gabinete também.

Querida dividir essa fala rápida nos dois temas da nossa audiência. Claro que nenhum debate que a gente faz pela comissão jamais vai ser pessoal; tudo que a gente discute aqui é pelo interesse coletivo. Esse foi o meu acordo com os deputados da comissão, porque gostam de apresentar a boa técnica e colher frutos. A política pública eleitoral, na minha humilde opinião, ela vem quando você faz entregas pelo coletivo. E o meu acordo com o Gustavo é de fazer dessa comissão uma comissão técnica proativa, que identifique problemas e que ajude a construir soluções. E por isso estou aqui.

No que diz respeito ao Plano de Saneamento, eu vou primeiro repetir a fala do vereador Bruno, do Gustavo. É uma pena que as concessionárias compareçam e que têm muito mais preocupação, entre aspas, porque é onde o calo aperta, e que a administração direta não vem. Acho que isso é antiético, não é generoso, não é inteligente, não é interessante. Fugir do debate é tudo menos inteligente, politicamente. Enfim, já nos causa uma preocupação e já nos liga um sinal de alerta, enquanto Comissão de Saneamento, porque falar de um Plano Municipal de Saneamento, convidar a administração direta e não ter um representante para fazer o uso de palavra e defender o termo de referência, os motivos do edital, o porquê dessa empresa. O que a gente quer fazer aqui não é caçar bruxa, mas é contribuir com um plano, porque o que mais tem no Brasil são planos municipais de saneamento que não dizem nada e não levam a lugar nenhum. E o nosso objetivo é fazer com que a nossa cidade... E eu sou um cidadão niteroiense, com o título dado pelo Vereador Bruno Lessa; nasci em Angra dos Reis, mas dedico a minha vida há 37 anos aqui, e eu quero ver de perto, enquanto Daniel Marques e enquanto comissão. E é o desejo do presidente da comissão e dos demais deputados. Vale dizer que não tem nem viés ideológico nisso. Na Comissão de Saneamento tem deputado do PT e do PSL. A gente está aqui para fazer o bom debate. E é esse o nosso compromisso.

E quando não vem, a gente não consegue tirar as dúvidas que a gente queria. Algumas a gente vai conseguir debatendo com o Halphy, e aí tem que se fazer justiça: ele sempre comparece aos debates.

A gente tem preocupação no Plano de Saneamento, e aí a gente começa a dialogar com números. A gente mandou, enquanto comissão, ofício para o Instituto Trata Brasil e um e-mail, para entender os dados que são publicamente divulgados não só de Niterói, nosso papel no estado todo. Como que vocês vinculam? Qual é a metodologia de pesquisa? Para a gente entender o que são esses percentuais por município de esgoto coletado, esgoto tratado, abastecimento de água. E a resposta é que são as prefeituras que encaminham os seus relatórios. Ora, então o Instituto Trata Brasil já perde um pouco, na minha humilde opinião, credibilidade, em relação a metodologia. Porque, Halphy, uma coisa que a gente sempre conversou: a gente não tem a região leste com rede coletora à disposição; as coisas vieram acontecendo, e eu participei disso. Sapê, pouquíssimo tempo; Maria Paula, um pouquinho mais de tempo, em 2018 começou a operar, ou 2017... E a gente ainda não tem em Badu, e a gente não tem região leste, e a gente não tem as comunidades com rede à disposição, que é um desafio; não estou falando de responsabilidade, estou falando do desafio que é. Será que a gente tem um cadastro em Niterói de todas essas comunidades? E quem tem taxa social, quem tem tarifa social, o cadastro único está sendo contemplado nisso? O Plano de Saneamento vai levar a coleta do esgoto às

comunidades? Eu não consigo fazer a conta fechar de 94.78% de esgoto coletado e tratado, se você não tem comunidade com esgoto, se tem a região leste sem rede coletora e se você tem a região de Pen-dotiba iniciando esse trabalho de rede à disposição para coleta e tratamento. Então, eu quero que o Plano de Saneamento seja fidedigno e que traga resposta. A comissão deseja isso e é o pedido dos deputados, e aí a Prefeitura não vem.

Bom, a gente vem aqui para contribuir e o desejo é durante todas as etapas, quer a prefeitura queira, quer não, que a comissão estará presente, fazendo suas colocações, dando as suas contribuições e tentando tornar esse plano efetivo.

E sobre o segundo tema, e aqui eu queria agradecer ao Walter Plácido e à Michelle pela contribuição técnica, muito importante. A gente tem um desafio do chorume. Niterói - não sei se você sabe - recebia o lixiviado ou chorume, e aí me perdoe a tecnicidade ou a ténia, de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Seropédica e Alcântara numa estação de tratamento primária, quimicamente assistida. Eu fui Secretário de Meio Ambiente em Niterói e a gente conseguiu acabar com esse segmento de chorume, por não entender que diluição é tratamento. E obrigado por ter nos brindado e reiterado o que a gente pensa tecnicamente. Mas a gente tem um chorume duto, que passou por um TAC, que passou pelo Ministério Público e que era provisório, e esse provisório dura quinze anos e continua a estação de tratamento primária, quimicamente assistida, recebendo chorume. E é um chorume de quinze anos e muito mais - desde 1999 - numa estação de tratamento que dilui, não trata, no emissário submarino, da Praia de Icaraí, e que a gente tem dados históricos que desde 2009 não tem a balneabilidade razoável.

É óbvio, sendo justo, ninguém está dizendo que o chorume é o responsável pela falta de balneabilidade na Praia de Icaraí, mas a gente precisa tecnicamente debater a questão do chorume em Niterói; precisa debater os 19 aterros sanitários no Estado do Rio de Janeiro. Não é à toa que, a pedido do deputado, a gente esteve ontem lá no Aterro Sanitário de São Gonçalo, fazendo vistoria e analisando denúncias no entorno, porque tem gente na comunidade do entorno que tem um poço e que a água está preta. Posso dizer que isso é do aterro sanitário? Não posso. Mas a gente vai estudar, vai analisar e vai identificar. E se tiver autor de crime ambiental, vai punir, vai encaminhar, vai ao Ministério Público. CSN - vistoria em CSN -, discussão de Arraial do Cabo; a gente está aqui para trabalhar.

Então, eu queria encerrar essa fala mais uma vez repetindo; o Plano de Saneamento, que já deveria ser um Plano de Saneamento Ambiental, vem como Plano de Saneamento Básico, como bem colocou o Bruno. A gente não sabe se a drenagem vai entrar nesse momento ou não vai; parece que não, não é, Bruno? Parece que a drenagem não vai ser debatida nesse momento, e a gente perde uma oportunidade, como bem colocou a Eloísa: se a gente não conseguir fazer um debate coletivo para que esse plano seja eficiente, mais um plano em Niterói que não leva ninguém a nada e a lugar nenhum. E na questão do chorume, eu quero muito contar com a participação de vocês, técnicos, e a gente está abrindo a comissão para desenvolver esse debate, porque não é só em Niterói que tem diluição de chorume e estação de tratamento de esgoto, a gente tem isso em outras estações pelo estado.

Obrigado, deputado; obrigado a todos. E conte com a comissão num trabalho sério, firme e que gere resultados.

Obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Chamar o Advogado Marcelo Campos, especialista em saneamento. Doutor, se o senhor puder ágil; porque todo mundo está me enganando.

O SR. MARCELO CAMPOS - Primeiramente, boa noite. Eu sou o Marcelo Campos, advogado, especialista e consultor na área de saneamento ambiental. Gostaria de cumprimentar à Mesa; o Deputado Estadual Gustavo Schmidt, o Vereador Bruno Lessa, o Daniel Marques também, a Eloísa Elena, com quem tive a oportunidade de debater na Câmara Técnica, na OAB da Barra; é uma engenheira que sempre se dedicou muito ao saneamento, uma especialista de nota mil.

Bom, infelizmente a Prefeitura de Niterói não pôde comparecer a essa audiência pública, mas, o que me estarece mais é que no dia 21 de maio foi publicado no Jornal O Globo que o Plano Municipal de Saneamento aqui da cidade de Niterói estaria sendo elaborado pela Prefeitura. Mas acontece que a gente sabe que já teve um estudo em 2015, que fez uma avaliação, diagnóstico e prognóstico de drenagem aqui no município e, infelizmente, nas 207 e páginas desse relatório produzido em 2015 pela Prefeitura, em nenhum momento ela estabeleceu metas. É inadmissível falar sobre um Plano Municipal de Saneamento, se você não tem metas. Se você não tem o número, como é que você vai atingir uma meta? Por exemplo, aqui nós temos um representante da Águas de Niterói, mas a Águas de Niterói é uma concessão que vem desde 1998; cabe a Prefeitura fazer essa fiscalização. Nunca fez uma fiscalização séria na Águas de Niterói para saber quais são esses números, que até o Deputado Estadual Gustavo Schmidt aqui está pedindo, solicitando esses números.

Eu já venho dar uma sugestão de que a Águas de Niterói, de repente aqui pela casa da Câmara de Vereadores, faça um projeto de lei para que a Águas de Niterói dê um portal de transparência, crie um site, coloque esses números. Ninguém vai ficar mais pedindo ofício para lá, ofício para cá. Águas de Niterói vai produzir o princípio da transparência. É uma concessionária, precisa divulgar isso. Estabelece num site, coloca o que foi tratado nas oito ETES. Os números são absurdos, pelo que você mostrou pelo Inea. Aliás, muita gente não sabe, mas o Inea fez uma fiscalização na ETE de Cambinhas a pedido do Delegado da Polícia Federal Fernando, aqui de Niterói. Foi feita uma fiscalização lá e a ETE de Cambinhas não estava tratando esgoto. Está lá na delegacia; quem quiser pedir o processo administrativo que está correndo na delegacia, está lá.

Então, quer dizer, esses números, esses percentuais que são falados da Águas de Niterói que, realmente, é a melhor no Estado do Rio de Janeiro, não condizem com a realidade. Até porque, Daniel, vou complementar a sua fala aqui; a Prefeitura tem a obrigação de fornecer esses dados aos SNIS, mas a Águas de Niterói também fornece esses dados. É um formulário autodeclaratório. Então, o seguinte, se vocês pedirem no SNIS, que é o Sistema Nacional de Informação de Saneamento, que é nacional, ficava no Ministério das Cidades, ele tem todas essas informações. A gente teve a oportunidade de debater, não é, Eloísa? Lá na Câmara Técnica, na OAB da Barra, porque, se você não estabelece metas de evolução da rede de abastecimento de água e da rede de abastecimento de esgoto, fica difícil. Eu conversei com a Eloísa lá na época, que a Cedae tem e provavelmente a Águas de Niterói também tem, um setor de plotagem, onde você tem os mapas que tem a rede de esgoto e a rede de abastecimento implantada. As que foram implantadas, as que estão em andamento e as que serão implantadas. Eu falei isso lá, não foi, Eloísa? Solicitar esses mapas, tanto para a Cedae, quando foi na Câmara Técnica, lá na Barra, que a gente estava falando sobre a Bacia de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca sobre saneamento, e agora eu vou falar a mesma coisa aqui para Niterói. Na Águas de Niterói, provavelmente os engenheiros têm os mapas. Você sabe onde é que tem rede de abastecimento de água, você sabe o que está construindo, o que está em andamento, é só pedir. A Águas de Niterói poderia, perfeitamente, disponibilizar isso num site. Eu acho que seria a melhor coisa que ela pode fazer para o cidadão niteroiense, para o cidadão saber onde é que tem abastecimento de água, onde é que tem coleta de esgoto, onde tem tratamento.

A gente tem oito estações de tratamento. Então, quer dizer, como bem colocou aqui o Daniel Marques, região leste não tem saneamento. E mais, tem uma discussão jurídica enorme a respeito disso, porque quando a concessionária não coleta, não trata, não disponibiliza nenhuma das fases do esgotamento sanitário, que é coleta, tratamento, transporte e disposição final, quando falta uma dessas fases pela concessionária, ela não pode cobrar uma jurisprudência do STJ, não pode cobrar tarifa de esgoto sanitário. Está pacificado no STJ. A Águas de Niterói talvez não queira informar isso porque pode ter uma enxurrada de ações judiciais contra ela, porque se ela não tiver nem a coleta, nenhuma das fases, você lá na continha de água só vai pagar a tarifa de água, não vai pagar a tarifa de esgoto.

Então, ficam essas sugestões aqui para a Câmara de Vereadores.